

**CLEANDRO ALVES DE MOURA**

Presidente/Procurador-Geral de Justiça

**ARISTIDES SILVA PINHEIRO**

Corregedor-Geral do Ministério Público

**Conselheiros**

MARTHA CELINA DE OLIVEIRA NUNES

FERNANDO MELO FERRO GOMES

CLOTILDES COSTA CARVALHO

TERESINHA DE JESUS MARQUES

**Secretária do Conselho Superior do Ministério Público**

CLÉIA CRISTINA PEREIRA JANUÁRIO FERNANDES

**Assessor da Secretaria do CSMP/Técnico Ministerial**

DANILO PRADO DE MELLO

**Servidor/Assessores/Terceirizado**

RICARDO DE SOUSA MESQUITA

(Técnico Ministerial)

LARA MARIA SANTOS EULÁLIO DANTAS

(Assessora do Presidente Cleandro Alves de Moura)

MARCOS VINÍCIUS FERREIRA OLIVEIRA

(Assessor do Corregedor-Geral Aristides Silva Pinheiro)

DYEGO DE HOLANDA ANTUNES

(Assessor do Conselheira Teresinha de Jesus Marques)

BRUNNA GABRIELLE ALMEIDA FONSECA

(Assessora do Conselheira Martha Celina de Oliveira Nunes)

HERICA FHERNANDA DE Q. G. T. DA MOTA

(Assessora do Conselheiro Fernando Melo Ferro Gomes)

ADRIANO MENDES UCHÔA

(Assessor do Conselheira Clotildes Costa Carvalho)

Natan dos Santos Assis

(Terceirizado)

## **ÍNDICE**

### **INTRODUÇÃO**

1. Organização Interna e Funcionamento
2. Competências e Composição
  - 2.1. Competências
  - 2.2. Composição
    - 2.2.1. Sessões Ordinárias e Extraordinárias
    - 2.2.2. Processos Distribuídos e Julgados
3. Expedientes Diversos
  - 3.1. Resoluções
  - 3.2. Moções de Elogio e Votos de Pesar
  - 3.3. Licenças para Tratamento de Saúde
  - 3.4. Editais Publicados
  - 3.5. Movimentação na Carreira
    - 3.5.1. Promoções e Remoções
    - 3.5.2. Vitaliciamento
  - 3.6. Afastamento de Membros para Curso de Aperfeiçoamento
  - 3.7. Esforço Concentrado
  - 3.8. Escala Anual de Férias de Membros
  - 3.9. Lista de Antiguidade de Membros
4. Correição pela Corregedoria Nacional do Ministério Público
5. Implantação do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Piauí

## **INTRODUÇÃO**

Trata-se de relatório anual das atividades desenvolvidas pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Piauí ano de 2017.

### **1. Organização Interna e Funcionamento do Conselho Superior do Ministério Público**

O Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Piauí é órgão da Administração Superior e de execução, incumbido de fiscalizar e superintender a atuação do Ministério Público e de velar pelos seus princípios institucionais, regendo-se pelas disposições da Lei nº 8.625/93 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei Complementar Estadual nº 12/93 – Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Piauí, atos regulamentares do Conselho Nacional do Ministério Público/CNMP e normas específicas do seu Regimento Interno.

Desde março, o Conselho Superior do Ministério Público passou a funcionar na unidade leste do Ministério Público do Estado do Piauí, situada na Av. Lindolfo Monteiro, 911, Bairro de Fátima, Teresina-Piauí.

### **2. Competências e Composição**

#### **2.1. Competências**

Segundo o art. 23 da Lei Complementar Estadual nº 12/93, o Conselho Superior tem competência para:

- elaborar as listas sêxtuplas a que se referem os artigos 94, “caput” e 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal;
- indicar ao Procurador Geral da Justiça, em lista tríplice, os candidatos a remoção ou promoção por merecimento;
- indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para promoção por antiguidade;

- aprovar o quadro geral de antiguidade do Ministério Público e decidir sobre reclamações formuladas a esse respeito;
- apreciar os pedidos de remoção por permuta entre membros do Ministério Público;
- indicar ao Procurador Geral de Justiça, através de formação de lista, Promotores de Justiça para substituição por convocação;
- deliberar sobre reingresso de membros do Ministério Público;
- determinar, por voto de dois terços de seus integrantes, a disponibilidade ou remoção de membro do Ministério Público, por interesse público, assegurada ampla defesa;
- sugerir ao Procurador-Geral de Justiça a edição de recomendações, sem caráter normativo, aos órgãos do Ministério Público para desempenho de suas funções e adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços;
- autorizar o afastamento de membro do Ministério Público para frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudos, no país ou no exterior, sem prejuízo dos seus vencimentos;
- pronunciar-se sobre a homologação dos concursos públicos, elaborando, de acordo com a ordem de classificação, a lista dos aprovados, para efeito de nomeação;
- recomendar ao Corregedor Geral do Ministério Público a instauração de procedimentos administrativos disciplinares;
- elaborar o seu regimento interno e os da Corregedoria Geral do Ministério Público, das Coordenadorias, dos Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, das Promotorias de Justiça e Curadorias Gerais ou Especializadas e o regulamento geral de Concursos do Ministério Público;

- conceder licença aos membros do Ministério Público por período superior a quinze dias;
- autorizar o Procurador Geral de Justiça a exercer as funções processuais afeitas a outro membro da Instituição;
- determinar a instauração de sindicância e de processo administrativo, sem prejuízo das atribuições dos demais órgãos;
- disciplinar a concessão de diárias;
- opinar sobre pedidos de indicação de membro do Ministério Público para integrar comissão de sindicância ou processo administrativo estranho à Instituição.

## 2.2. Composição

O Plenário do Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Piauí é composto por 6 (seis) Conselheiros, com 2 (dois) membros natos, o Procurador-Geral de Justiça, que o preside, e o Corregedor-Geral do Ministério Público, e 4 (quatro) Procuradores de Justiça, eleitos para o mandato de dois anos, em escrutínio secreto e plurinominal por todos os membros do Ministério Público.

Em 2017, atuaram como Conselheiros, o Dr. Cleandro Alves de Moura, Procurador-Geral de Justiça e Presidente, como Subprocuradora-Geral de Justiça, atuando nas ausências e impedimentos do Presidente, funcionaram a Dr.<sup>a</sup> Zélia Saraiva Lima até o dia 03 de maio de 2017, o Dr. Alípio de Santana Ribeiro no período de 09 de maio de 2017 a 15 de setembro de 2017 e a Dr.<sup>a</sup> Martha Celina de Oliveira Nunes, a partir de 15 de setembro de 2017; Dr. Aristides Silva Pinheiro, como Corregedor-Geral, e Dr.<sup>a</sup> Martha Celina de Oliveira Nunes, como Corregedora-Geral Substituta, até o dia 15 de setembro de 2017, sucedida pelo Dr. Luís Francisco Ribeiro; como Conselheiros (titulares), Antônio de Pádua Ferreira Linhares; Martha Celina de Oliveira Nunes; Fernando Melo Ferro Gomes e Clotildes Costa Carvalho; e os Conselheiros suplentes Hosaías Matos de Oliveira, Teresinha de Jesus Marques e Antônio Ivan e Silva.

No decorrer de 2017, registram-se renúncias por parte dos Conselheiros Antônio de Pádua Ferreira Linhares, no mês de julho, e Hosaiás Matos de Oliveira, no mês de outubro, o qual assumira com a renúncia do Dr. Antônio de Pádua Ferreira Linhares.

#### 2.2.1. Sessões Ordinárias e Extraordinárias

As sessões do Plenário são ordinárias e extraordinárias; ordinariamente, o Conselho Superior se reúne quatro vezes por mês e, extraordinariamente, por convocação do Procurador-Geral, ou dois terços dos seus membros.

As deliberações são tomadas por maioria de votos, presentes mais da metade dos Conselheiros, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade, exceto na hipótese de punição disciplinar, em que prepondera a solução mais favorável ao acusado.

Em 2017, realizaram-se 33 (trinta e três) sessões ordinárias e 3 (três), extraordinárias.

#### 2.2.2. Processos distribuídos e julgados

Nos anos de 2016 e 2017, no Conselho Superior do Ministério Público tramitaram, pelo Sistema SIMP, processos e procedimentos administrativos, processos administrativos disciplinares, processos de movimentação na carreira e promoções de arquivamento de inquéritos civis, totalizando:

	<b>ANO</b>	<b>PROCESSOS DISTRIBUÍDOS</b>	<b>PROCESSOS JULGADOS</b>	<b>SALDO</b>
1	2016	1120	1124	4
2	2017	2084	2052	32

Constata-se um incremento da movimentação de 86% no ano de 2017.

Além do Sistema SIMP, tramitaram pelo Conselho Superior 134 (cento e trinta e quatro) processos distribuídos pelo Sistema GEDOC.

### 3. Expedientes Diversos

### 3.1. Resoluções

O Plenário do Conselho Superior do Ministério Público expediu duas resoluções durante o ano de 2017:

	<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>OBJETO</b>
1	RESOLUÇÃO CSMP/PI Nº 01/2017	Estabelece o procedimento para indicação de membro do Ministério Público do Estado do Piauí, a que se refere o artigo 2º da Lei Federal nº 11.372, de 28 de novembro de 2006, para fins do inciso III do artigo 130-A, da Constituição da República, e dá outras providências.
2	RESOLUÇÃO CSMP/PI Nº 02/2017	Estabelece o procedimento para indicação de membro do Ministério Público do Estado do Piauí, para fins do disposto no artigo 103-B, inciso XI, da Constituição da República, e dá outras providências.

### 3.2. Moções de elogio e voto de pesar

O Egrégio Conselho Superior aprovou, ainda, à unanimidade, uma moção de elogio e 09 (nove) votos de pesar, no ano de 2017:

#### Registros:

	<b>SESSÃO</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>PROPONENTE/ APROVAÇÃO</b>	<b>BENEFICIÁRIO/ OBJETO</b>
1	1257ª SESSÃO	Voto de pesar	Aristides Silva Pinheiro/ unanimidade	Tarcizo José de Moura
2	3ª EXTRAORDI NÁRIA	Moção de elogio	Clotildes Costa Carvalho/ Martha Celina de Oliveira Nunes/Cleandr o Alves de	Carmelina Maria Mendes de Moura

			Moura/unanimidade	
3	1244ª SESSÃO	Moção de elogio	Antônio Ivan e Silva/Martha Celina de Oliveira Nunes/Teresinha de Jesus Marques/unanimidade	Adriano Mendes Uchoa/Dyego de Holanda Antunes/Hérica Fehrmanda de Queiroz Garcia Tavares da Motta/Lara Maria Santos Eulálio Dantas/Marcelo Bonfim Veras
4	1244ª SESSÃO	Moção de elogio	Cleandro Alves de Moura/unanimidade	Luzijones Felipe de Carvalho Façanha/Jorge Luiz da Costa Pessoa/Rita de Cássia Carvalho Rocha Gomes de Souza/Cláudio Roberto Pereira Soeiro/Thiago Ciro Moura Ribeiro/Francisco Eduardo Lopes Viana/ Richardson Lopes Mousinho/Viviane Maria Campos Vale
5	1240ª SESSÃO	Voto de pesar	Fernando Melo Ferro Gomes/Clotildes Costa Carvalho/unanimidade	José Ferreira Soares
6	1237ª SESSÃO	Voto de pesar	Fernando Melo Ferro Gomes /unanimidade	José Raimundo Bona Medeiros
7	1234ª SESSÃO	Voto de pesar	Antônio de Pádua Ferreira Linhares/Fernando Melo Ferro Gomes/Clotildes Costa Carvalho/unanimidade	Francisco de Assis da Costa Sales

8	1233ª SESSÃO	Voto de pesar	Hosafias Matos de Oliveira/unanimidade	Maria de Jesus Carvalho Mendes
9	1228ª SESSÃO	Voto de pesar	Clotildes Costa Carvalho/unanimidade	Teori Albino Zavascki
10	1228ª SESSÃO	Voto de pesar	Antônio de Pádua Ferreira Linhares/unanimidade	Samuel Mendes de Moraes

### 3.3. Concessões de Licenças para Tratamento de Saúde

O Egrégio Conselho Superior referendou, à unanimidade, a concessão de 09 (nove) licenças para tratamento de saúde superiores a 15 (quinze) dias a membros do Ministério Público do Estado do Piauí, no exercício de 2017.

### 3.4. Editais Publicados

O Egrégio Conselho Superior autorizou, à unanimidade, a publicação de 46 (quarenta e seis) editais, no exercício de 2017, conforme quadro abaixo:

	<b>EDITAIS PUBLICADOS EM 2017</b>	<b>PROMOTORIA DE JUSTIÇA</b>	<b>CRITÉRIO</b>	<b>REMOVIDO</b>	<b>PROMOVIDO</b>
1	001/2017	Promotoria de Justiça de Bertolínea	Promoção por antiguidade	X	Lenara Batista Carvalho Porto
2	002/2017	Promotoria de Justiça de Campinas do Piauí	Promoção por antiguidade	X	Eduardo Palácio Rocha
3	003/2017*	Promotoria de Justiça de Cristalândia	Remoção por merecimento/ promoção por merecimento	X	X
4	004/2017	Promotoria de Justiça de Curimatá	Remoção por antiguidade/ promoção por merecimento	X	Luciano Lopes Sales

5	005/2017	Promotoria de Justiça de Eliseu Martins	Promoção por antiguidade	X	Mirna Araújo Napoleão Lima
6	006/2017	Promotoria de Justiça de Francisco Santos	Remoção por merecimento/ promoção por merecimento	X	Sebastião Jacson Santos Borges
7	007/2017	Promotoria de Justiça de Isaías Coelho	Promoção por antiguidade	X	Emmanuelle Martins Neiva Dantas Rodrigues Belo
8	008/2017	Promotoria de Justiça de Paes Landim	Remoção por antiguidade/ promoção por merecimento	X	Jorge Luiz da Costa Pessoa
9	009/2017*	Promotoria de Justiça de Parnaguá	Promoção por antiguidade	X	X
10	010/2017	Promotoria de Justiça de Ribeiro Gonçalves	Promoção por antiguidade	X	Roberto Monteiro de Carvalho
11	011/2017*	Promotoria de Justiça de Santa Filomena	Remoção por antiguidade/ promoção por merecimento	X	X
12	012/2017*	Promotoria de Justiça de Socorro de Piauí	Remoção por merecimento/ promoção por merecimento	X	X
13	013/2017*	Promotoria de Justiça de Redenção do Gurguéia	Remoção por merecimento/ promoção por merecimento	X	X
14	014/2017*	1ª Promotoria de Justiça de Uruçuí	Remoção por merecimento/ promoção por merecimento	X	Gerson Gomes Pereira
15	015/2017*	Promotoria de Justiça de Simplício Mendes	Promoção por antiguidade	X	X
16	016/2017*	Promotoria de Justiça de	Remoção por merecimento/	X	X

		Gilbués	promoção por merecimento		
17	017/2017	2ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato	Promoção por antiguidade	X	Gabriela Almeida de Santana
18	018/2017*	1ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus	Remoção por antiguidade/ Promoção por merecimento	X	X
19	019/2017	2ª Promotoria de Justiça de Simões	Promoção por antiguidade	X	Tallita Luzia Bezerra de Araújo
20	020/2017	Promotoria de Justiça de Itainópolis	Remoção por antiguidade/ promoção por merecimento	X	Romana Leite Vieira
21	021/2017	Promotoria de Justiça de Fronteiras	Promoção por antiguidade	X	Karine Araruna Xavier
22	022/2017	2ª Promotoria de Justiça de Uruçuí	Remoção por antiguidade/ promoção por merecimento	X	Edgar dos Santos Bandeira Filho
23	023/2017*	Promotoria de Justiça de Cristino Castro	Promoção por antiguidade	X	X
24	024/2017*	2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus	Remoção por merecimento/ promoção por merecimento	X	X
25	025/2017	Promotoria de Justiça de Itaueira	Promoção por antiguidade	X	Francisco de Assis Rodrigues Santiago Júnior
26	026/2017	1ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato	Promoção por antiguidade	X	Leonardo Dantas Cerqueira Monteiro
27	027/2017	3ª Promotoria de Justiça de São Raimundo Nonato	Remoção por antiguidade/ promoção por merecimento	X	Gabriela Almeida de Santana
28	028/2017	2ª Promotoria de Justiça de	Remoção por merecimento/	X	Romana Leite Vieira

		Paulistana	promoção por merecimento		
29	029/2017	Promotoria de Justiça de Jerumenha	Promoção por antiguidade	X	Márcio Giorgi Carcará Rocha
30	030/2017*	Promotoria de Justiça de Avelino Lopes	Promoção por antiguidade	X	X
31	031/2017*	1ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí	Remoção por merecimento/ promoção por merecimento	X	X
32	032/2017	2ª Promotoria de Justiça de São João do Piauí	Remoção por merecimento/ promoção por merecimento	X	X
33	033/2017	Promotoria de Justiça de Canto do Buriti	Promoção por antiguidade	X	José William Pereira Luz
34	034/2017	Promotoria de Justiça de Matias Olímpio	Remoção por antiguidade	Jorge Luiz da Costa Pessoa	X
25	035/2017*	Promotoria de Justiça de Caracol	Remoção por antiguidade	X	X
36	036/2017*	Promotoria de Justiça de Caracol	Promoção por merecimento	X	X
37	037/2017**	Promotorias de Justiça de Monsenhor Gil e Capitão de Campos	Permuta	X	X
38	038/2017***	4ª Promotoria de Justiça de Piri-piri	Remoção por merecimento		
39	039/2017***	4ª Promotoria de Justiça de Picos			
40	040/2017***	6ª Promotoria de Justiça de Parnaíba	Remoção por antiguidade		

41	041/2017***	35ª Promotoria de Justiça de Teresina	Promoção por antiguidade		
42	042/2017***	53ª Promotoria de Justiça de Teresina	Remoção por merecimento		
43	043/2017***	54ª Promotoria de Justiça de Teresina	Promoção por antiguidade		
44	044/2017***	55ª Promotoria de Justiça de Teresina	Remoção por antiguidade		
45	045/2017***	56ª Promotoria de Justiça de Teresina	Promoção por antiguidade		
46	046/2017***	57ª Promotoria de Justiça de Teresina	Remoção por merecimento		

Registre-se que, após a aprovação do Relatório Conclusivo da Correição realizada no Conselho Superior do Ministério Público, houve a mudança na sistemática de publicação dos editais para remoção/promoção por merecimento, de modo que primeiramente se publica edital para remoção e, somente quando deserto, publica-se o edital de promoção do merecimento.

### 3.5. Movimentações na Carreira

#### 3.5.1 Promoções e Remoções

No ano de 2017, o Conselho Superior do Ministério Público aprovou uma remoção, por permuta, entre membros do Ministério Público (Procedimento de Gestão Administrativa GEDOC nº 000119-226/2017), a qual teve os efeitos suspensos

por liminar concedida pelo Conselho Nacional do Ministério Público, no Procedimento de Controle Administrativo – PCA nº 1.00916/2017-60.

Relativamente às promoções, 08 (oito) Promotores de Justiça foram titularizados e 12 (doze) foram promovidos da entrância inicial para intermediária.

### 3.5.2. Vitaliciamento

No ano de 2017, o Conselho Superior do Ministério Público aprovou o vitaliciamento de 6 (seis) Promotores de Justiça.

<b>NÚMERO DO PROCESSO</b>	<b>PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA</b>	<b>Sessão</b>
GEDOC nº 000060-226/2017	Emmanuelle Martins Neiva Dantas Rodrigues Belo	1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
GEDOC nº 000104-226/2017	Lenara Batista Carvalho Porto	1249ª SESSÃO
GEDOC nº 000105-226/2017	Fabírcia Barbosa Oliveira	1248ª SESSÃO
GEDOC nº 000106-226/2017	Sebastião Jacson Santos Borges	1249ª SESSÃO
GEDOC nº 000109-226/2017	Eduardo Palácio Rocha	1255ª SESSÃO
GEDOC nº 000112-226/2017	Ari Martins Alves Filho	1251ª SESSÃO

### 3.6. Afastamento de membros para curso de aperfeiçoamento

No ano de 2017, o Conselho Superior do Ministério Público apreciou 02 (dois) pedidos de licença para aperfeiçoamento a membro do Ministério Público, tendo deferido 01 (um).

### 3.7. Esforço Concentrado

No ano de 2017, o Conselho Superior do Ministério Público referendou a realização de 04 (quatro) esforços concentrados:

	<b>PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA</b>	<b>Sessão</b>
1	48ª Promotoria de Justiça	1228ª
2	4ª, 22ª, 50ª, 53ª e 54ª Promotoria de Justiça	1235ª
3	Prorrogação do esforço concentrado na 4ª e	1242ª

	53ª Promotorias de Justiça	
4	Promotoria de Justiça de Fronteiras	1245ª

### 3.8. Escala Anual de Férias de Membros

Na 1261ª sessão ordinária, realizada no dia 18 de dezembro de 2017, o Egrégio Conselho Superior aprovou a escala de férias de membros do Ministério Público do Estado do Piauí para o ano de 2018.

### 3.9. Quadro de Antiguidade de Membros

Na 1228ª sessão ordinária, realizada no dia 20 de janeiro de 2017, o Egrégio Conselho Superior aprovou a Lista de Antiguidade dos membros do Ministério Público no ano de 2016, com retificação na sessão seguinte e republicação no Diário da Justiça.

## 4. Correição pela Corregedoria Nacional do Ministério Público

No período de 20 a 24 de março de 2017, o Conselho Nacional do Ministério Público realizou correição no Ministério Público do Estado do Piauí, com aprovação do relatório conclusivo durante a 12ª sessão ordinária.

Para acompanhar o cumprimento das deliberações do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral de Justiça instaurou o Processo de Gestão Administrativa nº 20869/2017.

Por intermédio do Ato PGJ nº 712/2017 foi instituída Comissão com o objetivo de executar as medidas decorrentes do Processo nº 0.00.000.000402/2016-80, que trata da Correição Geral, tendo o art. 2º, inciso III, criado a Subcomissão do Conselho Superior do Ministério Público e a Portaria nº 1791/2017 designado o Procurador de Justiça Fernando Melo Ferro Gomes para a coordenação dos trabalhos desta Subcomissão.

Também integraram a Subcomissão, os Procuradores de Justiça Hosaiás Matos de Oliveira e Clotildes Costa Carvalho e a Promotora de Justiça Cléia Cristina Pereira Januário Fernandes, secretariando os trabalhos. O Corregedor-Geral do Ministério Público participou dos trabalhos da Subcomissão.

Os trabalhos da Subcomissão resultaram na aprovação de um novo Regimento Interno para o Conselho Superior do Ministério Público e de 03 (três) Súmulas, na 3ª sessão extraordinária, realizada no dia 23 de outubro de 2017.

Também a partir da correição, o Conselho Superior deliberou pela realização de distribuição automática de processos autorizada na 2ª sessão extraordinária, realizada em 17 de maio de 2017.

#### **5. Implantação do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Piauí**

O Ministério Público do Estado do Piauí implantou o Diário Oficial Eletrônico no dia 03 de agosto de 2017 e o Conselho Superior do Ministério Público fez as suas primeiras publicações no dia 07 de agosto de 2017, Ano I, nº 03.